

## PELA PÁTRIA: A CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS (1916-1938)

---

*Investigadora Doutora* ISABEL LOUSADA\*

No centenário da implantação da República em Portugal e no âmbito das inúmeras iniciativas que tiveram lugar de modo a assinalar a efeméride, quis em boa hora a Comissão Portuguesa de História Militar<sup>1</sup> associar-se à iniciativa promovendo o XIX Colóquio de História Militar: “100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades”.

“Pela Pátria: «A Cruzada das Mulheres Portuguesas» (1916-1938)” pretende trazer à luz do dia as questões mais candentes que se relacionam com a participação feminina nos conflitos bélicos, por demasiadas vezes, secundarizada e esquecida. Existem obras fundamentais<sup>2</sup> nas quais podemos encontrar silêncios e vazios que agora visamos preencher.

“Quando a história falar, da sua cátedra de juiz austero e inflexível, há-de então saber a França, a Inglaterra e o Mundo, quanto desproporcionalmente superior foi o nosso sacrifício, e extraordinariamente bela foi a nossa abnegação.”<sup>3</sup>

A Cruzada integrou um grupo de notáveis mulheres portuguesas que quiseram responder a um repto pela Pátria, num momento particularmente difícil da História. Mulheres – mães, esposas e irmãs souberam mobilizar-se para intervir e auxiliar, aos mais diversos títulos, numa cruzada cuja acção se manteria por mais de duas décadas. Daremos conta dos aspectos mais emblemáticos desse movimento a par dos perfis femininos que nele mais se evidenciaram.

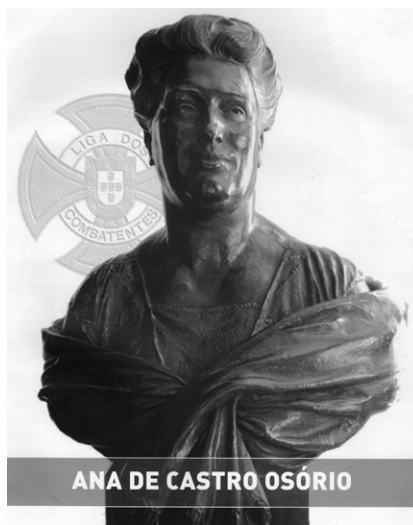
---

\* Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, mestre e doutora em Estudos Anglo Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigadora auxiliar de nomeação definitiva daquela Universidade e está integrada no CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa/Linha de Investigação Faces de Eva. Faz parte do Conselho Redactorial da Revista com título homónimo: *Faces de Eva*. Estudos sobre a Mulher, publicação em que a partir de 2009 desempenha o cargo de Secretária da Direcção. Foi uma das fundadoras da Associação Portuguesa das Mulheres Empresárias (APME) e da Federação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Portugal (FMEPP) e filiada na *International Federation of Business and Professional Women* (IFBPW). É autora de diversos estudos na área da sua investigação entre os quais enunciamos: “A Batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha*: higienismo no feminino”. 2008; “Adelaide Cabete: entre a eugénica e eugenética na defesa da Res publica”. 2009; “Em fazenda verde-rubras ...”. In *A Maçonaria e a Implantação da República*, 2009.

<sup>1</sup> Agradeço o convite que me foi dirigido para participar pela primeira vez nesta prestigiada iniciativa pelo mestre Luís Assis e doutor Moutinho Borges.

<sup>2</sup> Ver Anexo: Referências Bibliográficas.

<sup>3</sup> Horácio de Assis Gonçalves, *Portugal na Guerra*, p. 32.



*Fig. 1 – Busto de Ana Castro Osório (1872-1935) de autoria do escultor, mestre João da Silva em 1936 e que se encontra na sala principal da Biblioteca da Liga dos Combatentes em Lisboa.*

Logo em 1914, quando a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial fez parar o mundo assistimos à mobilização de um grupo de mulheres em torno da ideia de apoio, em voluntariado, perante uma nova realidade social. “Pela Pátria” reúne Ana de Castro Osório, Ana Augusta de Castilho, Antónia Bermudes e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinto. Não será demais notar que no mesmo ano se funda o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que em nenhum momento converge para a nascente Cruzada das Mulheres Portuguesas. Dirigida por Adelaide Cabete, viria a tornar-se a Associação Feminina de maior longevidade e actuação no panorama nacional português. Muitas vezes se alude ao facto de a Cruzada ser herdeira, ou continuadora, da Comissão Feminina “Pela Pátria” e na verdade dos nomes que a outorgaram, à excepção de Ana Castilho, que morre em Dezembro de 1916, só Ana de Castro Osório se encontra entre as 80 sócias fundadoras<sup>4</sup> encimada por Elzira Dantas Machado a 20 de Março de 1916.

A CMP norteada pelos princípios advogados pela sua antecessora *Pela Pátria*, (e face à entrada de Portugal na guerra, como consequência da mais antiga aliança do mundo, anglo-portuguesa, e no espírito do tratado de Windsor, depois da declaração de guerra germânica a 9 de Março de 1916), constituiu-se congregando um grupo considerável de mulheres presidido por Elzira Dantas Machado, tendo por secretária da comissão de

<sup>4</sup> Ver Anexo: Sócias fundadoras.

propaganda e organização do trabalho, Ana de Castro Osório. Aos nomes já mencionados, acrescem os das filhas de Bernardino Machado e o de Ascensão Ferreira de Simas, ligada ao reputado coronel Frederico Ferreira de Simas. Bastariam somente estes apelidos para compreender a amplitude que o movimento nascente conquistara por entre os seus pares masculinos, capazes de reforçar as estratégias e os objectivos a atingir. Os mais altos representantes da estrutura governativa e militar asseguravam a reputação e o prestígio necessário à empresa.

A Cruzada não se ficou pelas campanhas de recolha de donativos ou sequer pela confecção e distribuição de bens e agasalhos aos mais carenciados e pelo apoio aos soldados. A *Obra Maternal* foi assumida pela estrutura nascente, de modo a auxiliar os órfãos de guerra (criada em 1909), no seio da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, de modo a assegurar a dignidade e a formação de crianças que mendigavam pelas ruas da capital<sup>5</sup> mas, outras obras fez nascer. Lembramos o facto de ter sido instalado um instituto cuja vocação primordial visava a inserção dos mutilados regressados da frente de batalha<sup>6</sup>. É importante aqui lembrar os trabalhos do casapiano António Aurélio da Costa Ferreira, um educador pioneiro<sup>7</sup>.

Em França, lembramos a criação do hospital português em Hendaia; no nosso país foi responsável por inúmeros estabelecimentos visando o desenvolvimento quer das capacidades profissionais, quer o acolhimento aos mais desfavorecidos, nomeadamente a casa de trabalho em Xabregas, donde a abertura de creches, escolas e orfanatos se contam entre as inúmeras e meritórias iniciativas empreendidas pela Cruzada.

Como refere o general Ferreira Martins “em 4 de Agosto de 1914, a Gran-Bretanha resolvia romper as hostilidades contra a Alemanha [...] Dois dias depois, em 7 de Agosto, em Lisboa, perante o congresso da República, o Presidente do Ministério, Dr. Bernardino Machado, lia a seguinte declaração, que o congresso unanimemente aprovou: «Logo após a proclamação da República, todas as Nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito incessantemente tudo para corresponder a essa amizade que deveras prezamos, sem *nenhum esquecimento, porém, dos deveres da Aliança que livremente contraímos e a que, em circunstância alguma, faltariamos*. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que este Governo timbra em

<sup>5</sup> Já *A Madrugada*, órgão da LRMP, em Novembro de 1911, explicitava pretender dar-lhes educação e ensiná-los a trabalhar, reiterando ser orientação tão digna e tão adequada às mulheres que desejam a emancipação da humanidade.

<sup>6</sup> Instalado no antigo convento de Arroios, Palácio de Linhares, sob a presidência de Ester Norton de Matos.

<sup>7</sup> “Inválidos da Guerra III. Reeducação Profissional”, *Medicina Contemporanea*, Ano XXXV, n.º 1, Série II, Volume XX, Lisboa, 1917.

continuar, certo de que assim solidariza indissolivelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do Povo Português”<sup>8</sup>.

É justamente na passagem do país não beligerante (1914-1916) ao Portugal beligerante (1916-1918) que encontramos mais activamente a propaganda da CMP, e em particular, na *Semeadora*<sup>9</sup>, “Mulheres de França e da Bélgica, mulheres da Sérvia e do Montenegro, a vossa dor sangrenta é a nossa própria dor. A vossa justa revolta é a nossa revolta, desde a primeira hora, como se fosse a nossa própria alma, o nosso próprio corpo que os miseráveis ofendessem com a sua brutalidade sem nome, o vosso ódio, senhoras, não pode exceder o nosso ódio sagrado, como mulheres e como latinas, contra aquelas que pelo seu procedimento conscientemente criminoso se puseram fora da humanidade. Protestamos contra as últimas infâmias praticadas em Lille, como protestamos desde o princípio contra todos os seus crimes, especialmente contra aqueles em que as mulheres e crianças foram vítimas. E não por espírito de solidariedade de sexo, mas porque são elas as que mais desarmadas se encontram perante a brutalidade do inimigo, porque confiando-se nos sentimentos humanos dos brutos não as armaram para a luta e para a defesa. Mas, porque nós, mulheres portuguesas, não compreendemos só os protestos platonicamente é que desde a primeira hora do conflito entre duas civilizações e duas raças inimigas, fomos pela entrada nos nossos soldados na luta. É em nome da justiça e em nome do direito sagrado dos povos livres que em Portugal as mulheres cedem o que mais amam – os seus filhos, os seus maridos, os seus irmãos – pela defesa da França, que é a defesa da nossa própria raça e do futuro da nossa história honrada e bela. E isto, senhoras, está tão fundamente gravado na alma feminina portuguesa, que uma velha mulher do povo, ao despedir-se há dias de um soldado que vai para França, dizia-lhe com energia:

– Vai meu filho! Poupa as mulheres e crianças, mas a esses malvados alemães mata aos quatos e aos cinco.

Poupa as mulheres e as crianças! Dizia essa pobre e humilde mulher do povo rude de Portugal. Como é diversa da alma germânica a alma fundamentalmente justa dos latinos! Ah, como deve pesar eternamente sobre eles o nosso desprezo de civilizados! Mulheres de França! A prova da nossa solidariedade vós a tereis na maneira como os nossos soldados se baterão pela vossa causa. E se alguma mulher do nosso país tivesse a triste coragem de não estar ao lado da sua pátria, essa mulher não seria portuguesa!”<sup>10</sup> No mesmo dia em que é publicado

<sup>8</sup> Cf. Ferreira Martins, *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, LCGG, 1942, pp. 5-6.

<sup>9</sup> Através da sua secretária, Ana de Castro Osório, 2.º Ano, n.º 20, 15 de Fevereiro de 1917, pp. 1-2.

<sup>10</sup> Ana de Castro Osório, “As mulheres francesas”, *A Semeadora*, 2.º ano, n.º 20, 15 de Fevereiro de 1917, pp. 1-2.

o texto do qual retirámos a última citação, se anuncia que “Em Amboim – Gabelas – Angola – formou-se mais uma sub-comissão da «Cruzada»; constituída pelas senhoras D. Idalina Carvalho, D. Beatriz Alves Ferreira, D. Ema Alves Ferreira, que muito tem trabalhado pela causa patriótica que é a Cruzada”. Esta informação vem corroborar o espírito subjacente à secção III da comissão de propaganda e organização de trabalhos, cujo artigo XX explicita que a esta comissão compete:

“1.º Fazer pela imprensa periódica, por conferências, publicações e todos os meios ao seu alcance a maior propaganda da Cruzada;

2.º Organizar as sub-comissões nacionais<sup>11</sup> e estrangeiras, e estar em comunicação directa com elas;

3.º Auxiliar as outras comissões quando esse auxílio lhe for solicitado e obter directamente das mesmas comissões todos os esclarecimentos necessários para efeitos de propaganda.”

Na verdade, os Estatutos da CMP, editados pela Imprensa Nacional, em Lisboa, deixam-nos saber que para a sua realização metódica e regular efectivação dos estatutos serão criadas as comissões central, administrativa, de propaganda e organização de trabalhos, angariadora de donativos, hospitalar, enfermagem, de assistência aos militares mobilizados, de assistência às mulheres dos mobilizados, de assistência aos filhos dos mobilizados em campanha.<sup>12</sup> E se estas comissões têm existência autónoma, delas se espera uma interligação harmoniosa, “independente na sua esfera de acção, embora disciplinadas e orientadas no mesmo humanitário intuito e no mesmo fim patriótico para que foram criadas.” Se mais elementos faltassem, bastaria aludir ao facto, de que pela portaria n.º 678 de 26 de Maio de 1916, António José de Almeida (Ministro das Colónias) e pela portaria n.º 668 de 12 de Maio de 1916, Antónia Maria da Silva (Ministro do Trabalho e Providencia Social) autorizam em nome do governo da República Portuguesa a isenção de franquia para a correspondência a expedir, por intermédio do correio, pela CMP, a título de propaganda patriótica da mesma Cruzada, devendo transitar aberta. De onde se conclui a importância assinalável para as missões consignadas.

A obra da Cruzada foi diversificada e mesmo notável aos mais diversos títulos e a imagem que dela foi legada às gerações futuras faz jus ao transcender a barreira da caritativa simples

<sup>11</sup> Por todo o país foi conseguido este objectivo tendo sido extraordinário o empenho de um grande número de mulheres integrando as diferentes subcomissões regionais. A este propósito afigura-se de relevo consultar a obra de Ana Bela da Silva Vinagre, que retrata com rigor e exaustividade o surgir da *Cruzada das Mulheres Portuguesas de Leiria*, sua existência e desaparecimento.

<sup>12</sup> Capítulo III, Artigo 17.º, pp. 9-10.

para um enquadramento mais complexo, em que o próprio nome “Cruzada” simultaneamente se cola e dissocia da peregrinação e acompanhamento que a história consignara para esta expressão. Assim, parece-nos de realçar uma clara tentativa de apropriação do termo “Cruzada”, desta feita, a reconfigurar, aquilatando-a ainda que acompanhando a beligerância revestindo-a do carácter secular e laico.

Altura então para centrar a nossa análise em aspectos, por ventura, menos estudados. Desde logo, importa prestar justa homenagem a Florence Nightingale (1820-1910).

O centenário da República lembra também a passagem do centenário da morte desta insigne médica. De facto, foi a primeira mulher a participar nos cuidados prestados aos feridos de guerra, habilitada com os estudos de medicina e cirurgia. Organizou e sustentou a custas próprias um hospício londrino, Harley-Street, e a razão pela qual o símbolo da Enfermagem é representado por uma lamparina reside na inspiração do trabalho incansável de Nightingale ao tratar os feridos na guerra da Crimeia<sup>13</sup>. Munida de uma lamparina, a fim de efectuar as rondas nocturnas aos enfermos, que nela reconheciam a competência e a generosidade. Esta guardiã dos vitimados pela guerra tinha sólidos conhecimentos, não só de medicina mas também, em particular de cirurgia, mais uma razão para que a sua permanência nos campos de batalha, organizando serviços hospitalares e prestando todo o tipo de cuidados médicos, a tenha tornado querida e célebre.

No final da guerra, e já de regresso ao seu país natal, Florence funda e dirige uma instituição destinada ao ensino de enfermeiras laicas, recusando quaisquer outras peias. Pelo que foi dito, não estranhará ter recebido em 1907 uma distinção. Tanto em termos pessoais, como as obras por si realizadas, a ligam à fundação da Cruz Vermelha, as biografias que suscitou revelam ter sido abnegada nas tarefas realizadas e nas instituições e obras que terá fundado ou que inspirou. Também, em Portugal, os seus dotes foram reconhecidos, sendo até curioso que a si se deva uma apreciação muito lisonjeira ao Hospital Pediátrico, que hoje conhecemos como Hospital D. Estefânia<sup>14</sup>, que este tinha sido erigido e planificado nos moldes mais convenientes. Louva os planos definidos e seguidos, pois a construção contrariava a proliferação de infecções e humidade. Deste modo se pretendia combater a taxa de mortalidade infantil cujos índices, de tal maneira elevados, eram capazes de comprometer a renovação das gerações.<sup>15</sup> Se chamamos à

<sup>13</sup> Porquanto entre os doentes foi conhecida como o Anjo Branco, fica a dever-se ao poeta Longfellow ser lembrada como a mulher da lamparina (1853-1856).

<sup>14</sup> Edificado em 17 de Julho 1877 com a designação de Hospital da Bemposta.

<sup>15</sup> *O Século*, 13 de Dezembro de 1912 refere a estatística de 1909, apresentada pelo Dr. Costa Sacadura à Sociedade de Ciências Médicas, indicando a percentagem elaborada com dados colhidos na enfermaria de Santa Bárbara. O mapa indica a mortalidade global de 27,50%, sendo que das crianças aí nascidas, vivas contavam-se 820; mortas 100, representando 10,86% de nados mortos; falecidas nos primeiros 15 dias, 153, isto é, 18,65%.

colação a figura incontornável de Florence Nightingale é porque esta servia o propósito de ilustrar o esforço pela laicização dos serviços de saúde prestados aos enfermos. Não só em Inglaterra, também em Portugal essa intencionalidade é registada. Lembramos que um dos primeiros diplomas a ser aprovado, após a proclamação da República, foi precisamente, a lei de separação da Igreja e do Estado<sup>16</sup>; e também que a filiação ao Grande Oriente Lusitano Unido (G.O.L.U.), de muitas das feministas e mulheres pioneiras que ingressam na L.R.M.P. e advogam o Livre Pensamento, perfilhavam esse mesmo desidrato. Logo no Congresso Nacional do Livre Pensamento, o VI grupo de teses aí apresentado trata do *Feminismo e do Livre Pensamento*. Aí se defende, nomeadamente: “Se pudesse emitir o meu voto em relatório, seria ele o de que se deve respeitar em absoluto a crença ou descrença, individual de cada um. Proibindo o ensino religioso, separando a igreja do estado, proibindo o culto externo a todas as religiões (porque os religiosos requerem o respeito das multidões e esse é que eles não podem obrigar uma sociedade a garantir-lhes), eu deixaria aos que crêem sinceramente a liberdade de viverem nessa ilusão que os torna, certamente, mais felizes. [...] Laicizemos a instrução, demos à mulher uma educação racional e, sobretudo, útil e humanitária; [...] Educadas, muitas reagirão, como nós mesmo fizemos, porque certamente poucas das mulheres aqui reunidas terão deixado de ter uma primitiva educação religiosa, embora não fanática. Ignorantes é que nada nos podem servir senão de vergonha e amesquinhamento.”<sup>17</sup>

Sofia Quintino (1878-1964) ilustra bem o caso de uma livre-pensadora que integrará a Cruzada na qualidade de sócia fundadora, sem nunca ter militado na L.R.M.P. ou no C.N.M.P., distanciando-se do movimento republicano. Ora, o que pretendemos salientar é que os princípios em que assenta o Livre Pensamento em Portugal inspiram a Cruzada. É este movimento que vê convergir mulheres de convicções diferentes, como exemplificam as médicas Domitila de Carvalho e Sofia Quintino associando-se a um dos grupos de apoio aos militares e familiares destes, aquando da entrada de Portugal na I Grande Guerra, a Cruzada das Mulheres Portuguesas; a seu lado encontravam-se Elzira Dantas Machado e Ana de Castro Osório, respectivamente, primeira e segunda presidentes. E, se o feminismo, na linha do pacifismo, foi o *melting pot* capaz de neutralizar as clivagens existentes, permitindo a coexistência, na militância, de mulheres com diferentes sensibilidades, no dealbar da República, a guerra de 1914-1918 seria, aliás, o começo de toda uma outra história. Curiosamente, ficar-se-lhe-á a dever a reunião de sensibilidades tão diferentes, quanto a republicana e a monárquica, à qual assistíramos somente no advento da República: águas do mesmo caudal, correntes separadas por convicções distintas.

<sup>16</sup> 20 de Abril de 1911.

<sup>17</sup> Ana de Castro Osório, Relatora do VI grupo de teses, Congresso Nacional de Livre Pensamento, 19-22 de Abril, 1908, pp. 1-15. [Assinado em 6 de Março de 1908]

Sofia Quintino viria a formar o primeiro grupo de enfermeiras para servirem a Cruzada das Mulheres Portuguesas, cumprindo um desiderato senão maçónico, pelo menos para-maçónico, visando descristianizar a actividade ligada aos cuidados com enfermos. E embora correndo o risco de parecer fragmentada a centralidade da laicização nunca foi afastada, embora reconheçamos que tenha sido mais acentuada essa luta em determinados momentos:

“Como todos sabem, a falta das enfermeiras laicas fazia-se sentir de há muito, e delas fizemos propaganda durante anos, convencidos como estávamos, e estamos, de que as congreganistas não podem satisfazer por modo algum as exigências desse cargo.

Sabe-se, porém, como a reacção conseguiu por largos anos impedir que a escola de enfermagem que existe em Lisboa, no Hospital de S. José, servisse para alguma coisa para assim se poderem introduzir em toda a parte as irmãs de caridade...

Falta de melhor.

Desde que veio a República e as ordens religiosas foram expulsas, os hospitais, asilos e sanatórios encontram-se em sérios embaraços para substituírem esse pessoal, que apesar de todos os seus defeitos, era o que havia e já estava afeito ao serviço.”<sup>18</sup> Esta citação apresenta uma síntese esclarecedora do que pretendemos enunciar, assim como debaixo do mesmo título, sensivelmente um mês depois<sup>19</sup> se transcreve a carta de Maria Veleza que o corrobora. “Há muito tempo que a minha colega e queridíssima amiga, Ana de Castro Osório, vem fazendo persistentemente a propaganda da enfermagem laica, com uma dedicação de apóstolo. Em artigos, em conferências, entendendo-se directamente com distintos médicos, tem a nossa ilustre correligionária apontada a urgente necessidade de habilitar convenientemente a mulher portuguesa para o serviço de enfermagem nos hospitais. *Vox clamantis in deserto*... das iniciativas femininas pouco caso se faz em Portugal. [...] Assim sucedeu, por exemplo, senhor redactor [Paulino de Oliveira], com a *Obra Maternal*, instituição de assistência infantil e que se inspira num belo ideal de redenção humana, a qual tem lutado com enormes dificuldades para manter-se [...] Posso dizer-lhe que a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas conta, entre os fins que se propõe realizar, a criação de uma escola de enfermeiras. Ainda numa das assembleias-gerais se ventilou a questão.” Assinalável reparo; não deixa de ser curioso ter cabido à Cruzada das Mulheres Portuguesas retomar esta obra como atrás mencionámos.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> “Enfermagem laica”, *O Radical*, Setúbal, 27 de Novembro de 1910, p. 2, col. 5.

<sup>19</sup> “Enfermagem laica”, *O Radical*, Setúbal, 10 de Dezembro, 1910, p. 1, col. 3.

<sup>20</sup> A Comissão de Enfermagem da Cruzada foi de grande importância e actividade. Criar os cursos para enfermeiras terá sido o principal propósito: “Algumas tinham como destino a França, outras permaneceriam no nosso território, na recepção dos feridos e mutilados. Esta iniciativa tinha por detrás uma ideia já anteriormente conge-minada: a criação de uma escola de enfermeiras profissionais que pudesse substituir a enfermagem religiosa, à semelhança do que acontecia já nos países mais desenvolvidos da Europa. Entendeu Norton de Matos, então



Será ainda o mesmo periódico a explorar este assunto pelo punho de Ana de Castro Osório, no dia em que se celebrava o primeiro Natal depois de implantada a República. “Confessámos que nunca pensámos em fazer enfermeiras para os dias trágicos da Revolução, convencidas como sempre estivemos de que ela seria em Portugal isto mesmo que foi: dois dias de febre e de coragem, um assoprar mais rijo no castelo de cartas que era a podríssima sociedade portuguesa da monarquia. Para isso não se fazia mister fazer enfermeiras especiais; as que tivessem habilitadas ir-se-iam buscar, se precisas fossem, não faltando também as senhoras, não profissionais, que nas horas do perigo aparecessem, como apareceram, e não faltando médicos para trabalhar caso a luta se prolongasse.”<sup>21</sup>

O que sempre desejámos fazer foi enfermeiras habilitadas para as colocarmos nos hospitais, se os médicos nos auxiliassem, em substituição das irmãs de caridade. [...] fizemos propaganda contra a enfermagem religiosa e fizemos propaganda pela enfermagem laica [...] procurámos por todos os meios vencer as dificuldades, que na escola de enfermeiros existente no Hospital de S. José eram levantadas pelo antigo director daquela casa hospitalar. Chegámos a formar uma comissão composta das nossas amigas e consócias da Liga: doutoras Cabete e Beatriz Ângelo, D. Filomena Costa (com um distinto curso de farmácia), D. Camila de Sousa Lopes, viúva de um médico que está na saudade de todos os seus colegas, e dos senhores doutores Bombarda, Farinha e Pinto de Magalhães.”

Adiante tornará claro esta insigne escritora e feminista que fora Carolina Beatriz Ângelo a promotora do projecto de criação de uma escola de enfermagem laica, tendo-lhe cabido fazer a ponte com a Cruz Vermelha Portuguesa, embora a resposta lacónica recebida tivesse comprometido os seus intuitos, na medida em que o apoio que a Cruz Vermelha se predispunha dar traduzia-se na empregabilidade dada às enfermeiras já formadas para o hospital que pretendiam construir. O impasse residia naturalmente na dificuldade em conseguir habilitar profissional e academicamente essas mulheres até que pudessem estar preparadas para

---

Ministro da Guerra a necessidade de que o Exército Português tivesse um corpo de enfermagem, cuja missão poderia ser desempenhada cabalmente por uma corporação feminina que se identificasse com o espírito ideal e patriótico do momento, que tão bem caracterizava a *Cruzada*.” (In Vinagre, 2008, p. 27.) Refira-se que quer a comissão hospitalar, quer esta comissão de enfermagem, ao abrigo do artigo 9.º da Convenção de Genebra de 6 de Julho do ano 1906 via o seu pessoal equiparado a este, (podendo ministrar formação, transportar e tratar feridos e doentes) e sujeito às leis e regulamentos militares podendo pois utilizar tanto a bandeira como o braçal e demais distintivos da Convenção. Cf. Decreto n.º 2493 de 3 de Julho de 1916.

<sup>21</sup> Fina D’Armada, em *As mulheres na implantação da República* (pp. 188-193) disse mesmo dá conta, citando entre outros o *Jornal de Notícias*, de 9 de Outubro de 1910, “Mulheres, guerreiras e enfermeiras com a força da artilharia 1 que se estabeleceu no alto da Avenida, ou vieram de próximo no quartel de Campolide ou se reuniam ali algumas mulheres do povo com lenços encarnados na cabeça em forma de barrete. Ofereceram-se para tratar dos feridos e para entrar em combate se lhe distribuíssem armamento.” Ver também: Lousada, Isabel, “Em fazenda verde-rubras” in *A Maçonaria e a Implantação da República*, 2009, pp. 78-87; Cf. “As mulheres da Revolução: Combatendo o inimigo, curando os feridos”, *O Século*, 13 de Outubro, 1910.

assumirem os lugares que lhe estariam reservados. Mesmo os médicos apoiantes da criação da escola de enfermeiras, dos quais se destaca Miguel Bombarda, com quem Carolina Beatriz Ângelo dera os primeiros passos enquanto médica, ao seu lado, em Rilhafoles, reconheciam a dificuldade da criação da escola face à situação no quadro vigente.

Somente com o novo regime retomaram as negociações; Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo abraçam de novo essa tarefa.

“Precisamos de enfermeiras; mas não de pessoas que o sejam por entusiasmo de momento, enfermeiras que sejam mulheres que procurem essa nobre missão, como um médico procura a sua, dando-lhe amor, inteligência e boa vontade, mas não perdendo nunca a serenidade que não faz talvez, as heroínas, mas faz as úteis e boas enfermeiras – comendo, dormindo e trabalhando como quem em tudo sobre até sabe vai a sua responsabilidade e o seu dever.”<sup>22</sup>

A escassos seis meses da Revolução, o órgão da Liga Republicana, *A Mulher e a Criança*, em número dirigido por Ana de Castro Osório e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho<sup>23</sup>, afirma sobre a enfermagem: “que é sem duvida, uma das profissões que a mulher portuguesa há-de em breve procurar exercer conscientemente, não só porque é um modo de vida que a torna útil, independente e respeitada por todos, que saibam encarar a grandeza da sua missão, como também porque ele representa para a mulher na família uma das suas mais necessárias aptidões.”<sup>24</sup> Em contrapartida, Carolina Beatriz Ângelo acaba por ser interlocutora de eleição dando a conhecer a intencionalidade e origem do projecto de criação de uma escola de enfermagem laica. Em carta dirigida a Ana Castro Osório, datada de 2 de Julho de 1911, à época residente no Brasil, acompanhando seu marido que fora nomeado cônsul no país irmão, afirma:

“Eu e Cabete<sup>25</sup> estamos habilitando as irmãs da loja Humanidade para poderem prestar alguns serviços de enfermagem se precisos forem.”<sup>26</sup>

Agora comprovando-se ser simultaneamente um projecto maçónico empreendido pelas duas mais habilitadas veneráveis. Somente a morte prematura de Carolina<sup>27</sup> a afastou de poder ver

<sup>22</sup> “Enfermagem laica”, *O Radical*, Setúbal, 25 Dezembro, 1910, p. 2, col. 1-2.

<sup>23</sup> Saliente-se que Maria Benedita Mouzinho Albuquerque Pinho em 1916 será uma das sócias fundadoras da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

<sup>24</sup> *A Mulher e a Criança*, Abril de 1910, pp. 6-8.

<sup>25</sup> Adelaide Cabete (1867-1935).

<sup>26</sup> Ver secção de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, BN, ACPC, *Colecção de Castro Osório*, Esp. N12/419.

<sup>27</sup> Carolina Beatriz Ângelo morre a 3 de Outubro de 1911, não chegando a celebrar o 1.º aniversário da República, cumprindo somente 33 anos.

crescer a semente que quisera deixar plantada. Efectivamente, a escola de formação de enfermeiras para o serviço de hospitais militares e corpo expedicionário foi aprovada sob os auspícios de Norton de Matos, na qualidade de ministro da guerra, tendo sido orientada e supervisionada pelo Dr. Tovar de Lemos<sup>28</sup> e pela médica Sofia Quintino. Outros tempos, outras guerras. A história repete-se. Desta feita ao revés. Por seu turno, “A assistência religiosa, que contemplava um lado material, visto que apelava a envio de agasalhos, tabaco e outras ofertas destinadas aos soldados, não pode limitar-se a olhar por estes. Tinha de se cuidar dos que ficavam em Portugal, no padecimento e, muitas vezes, em grande carência. Assim, Pinheiro Torres recomendava uma cuidada assistência material e moral às famílias dos expedicionários. Nesse sentido, lançou um apelo às «senhoras» que, aliás, não haviam esperado pelas palavras do militante católico. Logo após a declaração da guerra instituíram obras de auxílio aos combatentes e seus familiares, nomeadamente a *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*, fundada com a intenção principal de formar enfermeiras que cuidassem dos feridos de guerra. Como esse objectivo não foi encarado favoravelmente pelo Governo, a associação, presidida pela condessa de Ficalho, enveredará por outras vias de assistência aos militares.”<sup>29</sup>

A CMP permite assistir ao encontro de diversas mulheres algumas das quais haviam passado largos anos sem se cruzarem. A título de exemplo, refira-se terem integrado esta organização Ana de Castro Osório, que regressara do Brasil em 1914, após a morte de seu marido, Paulino de Oliveira, e Sofia Quintino, a médica com quem partilhara afinidades e tarefas no âmbito da Associação do Livre Pensamento, muito em particular na defesa da tese Feminismo, apresentada ao Congresso Nacional do Livre-Pensamento (19-22 Abril, 1908). Nela se podia ler “a prova mais clara do atraso da sociedade em que nascemos, um pouco cedo demais, segundo parece, é que sejam ainda necessários congressos para afirmar o direito que todos nós temos de pensar livremente, de se libertar de sonhos, de visões, de quimeras; de viver nobremente uma altiva existência individual e construída – pode assim dizer-se – pela própria alma que a quer viver. Com respeito pois a livre pensamento, se pudesse emitir o meu voto neste relatório, seria ele o de que se deve respeitar em absoluto a crença ou descrença individual de cada um. Proibindo o ensino religioso, separando a igreja do estado, proibindo o culto externo a todas as religiões.”<sup>30</sup>

A guerra permitiu que se associassem de novo Ana e Sofia, sendo que esta última nunca aderira à LRMP. Em torno do ideal de apoio aos soldados, a CMP tem em Sofia Quintino

<sup>28</sup> Tovar de Lemos, tenente, médico, miliciano e director dos serviços de Venerologia no hospital militar de Belém, corria o ano de 1917. Contra o flagelo do alcoolismo e doenças venéreas (*A Capital*, 26 de Janeiro, 1917, p.1) privara com a médica Adelaide Cabete, nomeadamente, em campanhas de luta contra o alcoolismo em Portugal.

<sup>29</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Edições Colibri, 2010, pp. 31-32.

<sup>30</sup> Congresso Nacional do Livre-Pensamento, “VI Feminismo”, 19-22 Abril 1908, p. 4.

a obreira capaz de dirigir superiormente os primeiros cursos de enfermagem, de modo a poderem ser preparadas as mulheres que nesse mister pretendessem ir para a frente de combate auxiliando os feridos, servindo os ideais da nação, tal como os entendia Ana de Castro Osório, agora, a sua dirigente<sup>31</sup>. Queremos notar que Rita Norton de Matos integra o grupo de fundadoras da CMP e que a mesma vê os seus pedidos de apoio considerados por Norton de Matos, então ministro da guerra, e seu familiar. Lembramos ainda, que nos Estatutos, cujo alvará é exarado pelo governo civil a 19 de Agosto de 1916, se mostrava ser uma instituição de assistência, ao abrigo do decreto 2:493. Subscrita a 3 de Julho de 1916 por Bernardino Machado, António José de Almeida, Brás Mouzinho de Albuquerque, Luís de Mesquita Carvalho, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, Francisco José Fernandes Costa e António Maria da Silva. Nomes facilmente identificáveis com as suas, pares, sócias fundadoras da CMP. António Maria da Silva a 12 de Maio de 1916, na qualidade de Ministro do Trabalho e Providência Social assina a portaria n.º 668 pela qual a Cruzada é isenta de franquia de correspondência por correio, a título de propaganda patriótica. E também pela portaria n.º 678 para as colónias. Nobre missão lhes era reconhecida. “Portugal foi à Flandres porque os seus altos destinos lho pediam, as lições da sua história brilhante lho clamavam, e a honra do seu passado, como aliado a Inglaterra, e a pedido dela, lhe apontava esse caminho.”<sup>32</sup> Portugal foi à Flandres e levou consigo homens e mulheres.



*Gravura 1 – Coleção Ricon Peres Grafite sobre papel ass./dat. 2-3-1918.  
Original de J [oão] J [osé] Ramos.*

<sup>31</sup> Por ventura em múltiplos sentidos, recordamos sob a égide de Ana de Castro Osório, fora entretanto criada a loja maçónica «Carolina Beatriz Ângelo» em homenagem a essa precursora.

<sup>32</sup> Horácio de Assis Gonçalves, *Portugal na Guerra*.

Encontramos, nesta altura, já enfermeiras bem preparadas a quem tinha sido permitido cursarem enfermagem e que eram simultaneamente a expressão da generosidade e da realização profissional. Houve mortos e houve feridos que foram amparados, socorridos, tratados e amortalhados por “damas-enfermeiras”<sup>33</sup>. Pela primeira vez na história portuguesa, dois grupos de enfermagem prestaram auxílio, como afirma Luís Grão, a Cruz Vermelha Portuguesa instalou em Lisboa, um hospital temporário, na Junqueira que era frequentado pelas senhoras da mesma “sociedade de então”. Assiste-se desse modo, ao nascimento do primeiro grupo auxiliar de damas-enfermeiras: “Chamadas damas enfermeiras auxiliares<sup>34</sup>, as alunas saídas destas escolas seguiam para o hospital de Ambleteuse, em França onde sob a chefia de D. Maria Antónia Ferreira Pinto – pertencente à conhecida família Pinto Basto – prestaram serviços que viriam a merecer os mais rasgados louvores do comando das forças portuguesas em França. Mas a sua acção humanitária não se confinou apenas a missões de retaguarda. Com efeito 12 das senhoras que prestavam serviço no hospital de Ambleteuse decidiram desligar-se voluntariamente da CVP em Julho de 1918 oferecendo-se ao comando do CEP para continuarem a trabalhar como enfermeiras onde esse comando entende-se necessário”.<sup>35</sup>

Chegam até nós os relatos das trincheiras: “Mas no meio de tudo isto, os que não morriam e ficavam somente feridos, tinham momentos felizes indo para os hospitais. Livravam-se por algum tempo da trincheira, e entre os *poilus*, havia mesmo a chamada *bonne blessure*, o ferimento que sem ser perigoso livrava contudo dos horrores da trincheira.

E nos hospitais os nossos iam encontrar – oh! suprema dedicação – mãos femininas para os tratar e mãos femininas de portuguesas. Não quiseram as mulheres da minha terra que outras fossem a olhar pelos nossos feridos e vá de partirem; pondo de parte o seu bem-estar, pondo de parte preconceitos, que sempre existem para irem, numa cruzada santa, levar, com o seu sorriso, com as suas palavras doces, com as suas mãos de fadas, conforto, alívio e alento a esses que por lá andavam, por terras de França, batendo-se a cumprir com o seu dever. E elas, habituadas a respirar o encanto e o perfume do seu *home*, para lá foram, para lá partiram, para junto do sofrimento e da dor.

<sup>33</sup> Grupo de Damas da Cruz Vermelha que constituíram o primeiro curso de Enfermagem para acompanhar o Exército Português para França, quando da Grande Guerra. – D. Maria Adelaide de Macedo – D. Eugénia Manuel (Tancos) – Duquesa de Mirando do Corvo – D. Maria de Jesus da Câmara (Ribeira Grande) – D. Maria Sara de Sousa Belford – Condessa de Ficalho – D. Hermínia de Jesus Domingues – D. Maria Eugénia Machado – D. Maria Eduarda Quaresma de Vasconcelos.

<sup>34</sup> Outras das enfermeiras que se deslocaram a França, Maria de Jesus da Câmara, Zélia Donas Botto, Zita de Sousa pertencem ao GADE.

<sup>35</sup> Luís Grão, *Enfermeiras-paraquedistas*, p. 38.

Benditas sejais lindas e santas mulheres do meu querido e lindo Portugal!”<sup>36</sup> Este trecho retirado da obra *Os Portugueses nas Trincheiras da Grande Guerra* é dedicado às mulheres de Portugal que souberam sentir e sofrer a guerra. A CMP afirma cumprir a sua alta missão patriótica ao publicar esta conferência<sup>37</sup> que é, em seu entender, das “mais vividas páginas” da nossa intervenção na guerra, razão mais que suficiente para ser editada com a chancela da CMP. Em boa hora a CMP decidiu editar este texto, magnífico testemunho, incontornável e fundamental para a compreensão da dimensão social respeitante ao conflito bélico e aos homens e mulheres que nela se viram envolvidos de 1914 a 1918.<sup>38</sup> Por vezes desolador, um discurso em que o sofrimento avassala os leitores, porém de uma oportunidade e valor documental inestimável. Bento Roma dominando a arte de bem escrever, relaciona os factos de um modo singelo, pertinente e acutilante. A esses junta, por vezes, os dotes que provêm da inteligência e em que um refinado sentido de humor pode surgir inesperadamente. Ouçamo-lo: “Uma das coisas que o nosso soldado fazia de muito boa vontade era escrever ou mandar escrever, quando sabia, e este caso infelizmente era o mais vulgar. Na trincheira ou fora dela, estivesse onde estivesse, toca a sacar papel, caneta e tinta sobre o joelho ou sobre um caixote de bolacha ou *corned-beef*, improvisada escrivadinha, começava a escrita para afinal não dizer nada, pois a censura era rigorosa. [...] Um dia, no forro de um envelope portador de uma carta, encontrou um oficial, ao censurá-la, escrito o seguinte: – Maria: doravante quando a carta que te escrever levar uma cruz quer dizer que estou bom; duas, que estou convalescente; três, que baixei ao hospital; quatro, que tive alta; cinco, que morri!”<sup>39</sup> E para nós, esta obra faz ponte para um aspecto com o qual gostaríamos de fechar a comunicação em torno da CMP, em rigor, o major de infantaria havia proferido a sua palestra em nome da divulgação da «Aldeia Portuguesa na Flandres». De que se tratava afinal? Importa pois recordar o esforço empreendido pelas dirigentes da CMP, cujo texto mais emblemático é por ventura, publicado em *A Vitória*, 7 de Setembro de 1919, correspondendo à inserção de uma carta firmada por Ana de Castro Osório em nome dos corpos gerentes da CMP, foi enviada a dois grandes artistas, a saber, Teixeira Lopes e Leal da Câmara, transcrevemos em seguida a carta por se tratar de um documento de difícil acesso e de importância fulcral.

<sup>36</sup> Major Bento Roma, p. 19.

<sup>37</sup> Palestra feita na Escola Militar, pelo Major de Infantaria Bento Esteves Roma, em 15 de Maio de 1920 em propaganda da “Aldeia Portuguesa” na Flandres.

<sup>38</sup> Arente-se na descrição seguinte relatando um testemunho vivido na Flandres e publicado pelo capitão David Magno: “Para maior tormento havia a um metro dos meus pés uma porta que dava para uma alcova, para onde eu todas as noites comecei a vêr entrar acompanhada pela mãe uma mulher que me parecia tão bela como séria. Eu estendido em cima de um pedaço de lona, gelado de frio, e ela acalentadinha num leito de pênas ali dormiamos firmes e inabordáveis como amigos e inimigos nas trincheiras. Aquele metro de separação equivalia a um abismo!...” citação colhida de *Livro da Guerra*, p. 73.

<sup>39</sup> Major Bento Roma, p. 20.

“Ex.<sup>mos</sup> Srs. Teixeira Lopes e Leal da Câmara. – PORTO

Em nome da Cruzada das Mulheres Portuguesas que, desde a primeira hora de acção e de sofrimento estive de coração bem alto, ao lado de todos os que compreenderam o destino da raça, que nos impunha o nosso lugar na grande guerra, eu venho junto de vós grandes e ilustres artistas da minha terra, reclamar o nosso lugar na realização da ideia linda que acabais de lançar a público para que na Flandres frutifique o sangue nobremente vertido pelos soldados de Portugal, saindo dos escombros e das ruínas, dos lutos e das lágrimas, a aldeia de Portugal! Que ela se erga depressa nessa Flandres, à qual nos ligam tantos laços de sangue, e bem carinhosamente se construa, revivendo em cada pedra, em cada azulejo e em cada alpendre florido a saudade e a ternura dos portugueses, sacrificando-se para cumprir as imposições da raça, que precisa continuar a escrever a sua história de luz.

Uma das salas do Museu, quando não seja possível fazê-lo todo, deverá ser construída pelo dinheiro da C.M.P. e pela sua propaganda angariada, e nessa sala com o nome da Cruzada se exporá e poder-se-á vender tudo quanto represente a indústria feminina regional e artística da nossa terra.

Digam V. Ex.<sup>as</sup> se concordam com esta ideia para eu poder expor o plano às minhas consócias e começar imediatamente a fazer a propaganda de angariar com ela o numerário necessário.

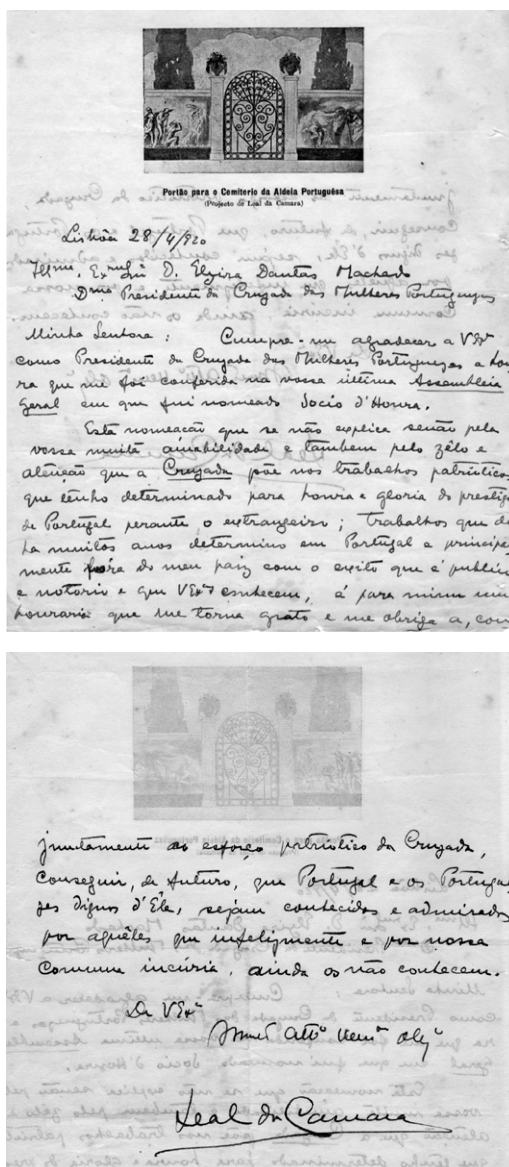
Com a mais alta consideração me assino de V. Ex.<sup>as</sup> M.<sup>o</sup> At.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> Ob.<sup>a</sup>

*A secretária geral da C.M.P.*” Se esta era a vontade das mulheres e homens que apoiavam a ideia da Cruzada, ela acabaria por ser uma ideia em marcha sem ter o desfecho por que lutaram ao longo do tempo. Uma imaterialidade permitida durante o sonho de República, pois que essa aldeia descrita por Leal da Câmara, nunca chegará a existir.

A carta que agora damos a conhecer é escrita por Leal da Câmara, assinada a 28 de Abril de 1920, dirigida à digníssima presidente da Cruzada, Elzira Dantas Machado, agradecendo ter sido nomeado sócio de honra na última assembleia-geral, aceitando juntar os seus aos esforços patrióticos da Cruzada, no sentido de que Portugal e os portugueses possam ser conhecidos e admirados por aqueles que ainda nos não conhecem. Leal da Câmara viria mesmo a ser nomeado secretário-geral do comité da «Aldeia Portuguesa», aliança devida a Ana de Castro Osório, com quem ombreava noutras tarefas nomeadamente, ilustrando as obras que a autora ia editando. Dele, sabemos mesmo ter afirmado pretender ser seu ilustrador exclusivo. Companheiros na admiração e solidariedade, como algumas das cartas que se encontram nos espólios da Biblioteca Nacional, disso mesmo dão vivo testemunho.



“É indispensável marcar-se nessa Flandres longínqua, a nossa passagem, com um padrão que fale eternamente dos que lá lutaram e que não seja o monumento banal de todos os dias, mas sim, um padrão digno do espírito da raça portuguesa.



Doc. 1 – Carta de Leal da Câmara assinada a 28 de Abril de 1920 e endereçada à digníssima presidente da Cruzada, Elzira Dantas Machado. Fundo da LCGG.



Meia dúzia de casas, caracteristicamente portuguesas, como as que certamente habitavam esses serranos que lá ficaram para sempre, uma igreja branca como as há por essas aldeias minhotas; um pequeno museu etnográfico em que se verão, palpantes de vida, os utensílios que falam das nossas tradições, da nossa maneira de ser e do carácter e do pitoresco das nossas regiões; uma escola onde as gerações aprenderão as primeiras letras; um chafariz monumental em que ficarão gravadas as alegorias militares indicativas dos nossos feitos na Flandres, e sobretudo antes de mais nada um cemitério exclusivamente português para que os nossos soldados não continuem nos 15 cemitérios ingleses onde ainda estão, como se Portugal fosse uma pertença inglesa, em vez de ser a Pátria livre e digna, pela qual deram tão generosamente a vida, esses soldados que lá ficaram e por cuja integridade se bateu tão valentemente esse punhado de portugueses que nos foi representar em terras de França.”<sup>40</sup>

O portão que desenha para a «Aldeia Portuguesa» virá a ser, afinal, a porta de entrada para outros reinos, em terras de além fronteiras, onde a sua exímia arte de conceber arte, o tornaram mestre dos mestres. O coração das minhotas, modelado artisticamente em filigrana permanece como o único símbolo dessa aldeia onírica, agora transposto para portão de ferro. É ele afinal, o guardião capaz de abrir e encerrar um espaço português na Flandres – permitindo a todos a passagem, mas reservando morada somente para os que procuram repouso eterno.

---

<sup>40</sup> Leal da Câmara, in “Prefácio” assinado em 28 de Agosto de 1921, na qualidade de secretário-geral do comité da Aldeia Portuguesa, na edição do Major Bento Roma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Mulher e a Criança*. Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Lisboa, 1910-1911.
- O Radical*, Setúbal, 1910-1911.
- A Semeadora*. Propriedade da empresa de propaganda feminista e defesa dos direitos da mulher. Lisboa, 1916-1917.
- Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas. – Lisboa: Imp. Nacional, 1916.
- Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Sócias fundadoras [da Cruzada das Mulheres Portuguesas]. – [S.l. s. n., 1916].
- ARROIO, António, *Palestrando*, Lisboa: Typ. A Editora, 1917. [Espólio de Viana da Mota]. – Texto dedicado “Às senhoras da sub-comissão Torrejana”; a obra é patrocinada pela Cruzada das Mulheres Portuguesas de Torres Novas.
- \_\_\_\_\_, “A mulher e a guerra”, A questão actual, *A Semeadora*, 15 de Fevereiro 1917, n.º 20, 2.º ano, Lisboa.
- \_\_\_\_\_, *Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados / Cruzada das Mulheres Portuguesas*. – 1916/17-1917/18. – Lisboa: C.M.P., 1917-1918.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *Em Tempo de Guerra: aos soldados e às mulheres do meu país*, Lisboa, Ed. Ventura e Companhia, 1918.
- OSÓRIO, Ana de Castro, Comissão de propaganda e organização de trabalho: discurso inaugural da Escola Profissional n.º 1, sub-comissões, relatório e contas 1917-1918, (discurso de Ana de Castro Osório) 1918.
- VASCONCELOS, António de, *Aldeia Portuguesa*, Coimbra: Imprensa Universitária, 1919 (publicado por ocasião do espectáculo realizado no Teatro Avenida, a 23 de Dezembro em favor da construção da aldeia portuguesa em Flandres)
- MAGNO, David, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, vol. I, Porto, 1921.
- ROMA, Bento Esteves, *Os Portugueses nas trincheiras da Grande Guerra*, Lisboa: Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1921, Palestra feita na Escola Militar, em propaganda da “Aldeia Portuguesa” na Flandres, em 15.05.1920.
- OSÓRIO, Ana de Castro, “Cruzada das mulheres portuguesas” *In O Mundo*, Lisboa, 3 Janeiro 1921.
- \_\_\_\_\_, Monografia da cruzada das mulheres portuguesas sobre a sua obra de assistência infantil, Relatório da cruzada das mulheres portuguesas sobre a sua obra de assistência infantil. – Lisboa: Impr. Lucas, 1931. – Xe Session de la Association Internationale por la Protection de l'enfance. – Tít. de capa: Monographia da cruzada das Mulheres portuguesas sobre a sua obra de assistencia infantil.
- MARTINS, Ferreira, *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, LCGG, 1942.

- RÊGO, Raúl, *História da República – O Firmar do Regime*, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1987.
- FERREIRA, António e PEREIRA, José Augusto, *António Aurélio da Costa Ferreira: um educador na 1.ª República*, CPA, Lisboa, 1999.
- GRÃO, Luís, *Enfermeiras pára-quedistas (1961-2002)*, História Militar, Prefácio Editora, Lisboa, 2006.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto, “Os heróis que a guerra invalidou...reeducar o soldado no Instituto de Mutilados de Santa Isabel (1717-1921)”, in *História*, Porto, III série, vol. 9, 2008, pp. 315-335.
- SILVA, Ana Isabel, *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Tip. Lousanense, Lda, Lousã, 2008.
- VINAGRE, Ana Bela da Silva, *A cruzada das mulheres portuguesas de Leiria*, Leiria: Folheto, 2008.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *Nas Trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Edições Colibri, 2010.

## ANEXO I

### Sócias Fundadoras

D. Elzira Dantas Machado (1865-1942)  
 D. Palmira Araújo de Pádua (1879-?)  
 D. Ema Levy Marques da Costa  
 D. Laura Vasconcelos  
 D. Adelaide Cupertino Ribeiro  
 D. Etelvina Pereira de Eça  
 D. Teresa Teixeira de Queirós  
 D. Joaquina Dantas Machado Carvalho  
 D. Maria Luísa Braamcamp Freire  
 D. Adelaide Fernandes Costa  
 D. Maria Correia Barreto  
 D. Alzira Costa (1875-1970)  
 D. Maria Isabel Mesquita de Carvalho  
 D. Ester Norton de Matos  
 D. Joana Queiroga de Almeida (1885-1965)  
 D. Alice Braga Martins  
 D. Joaquina Dias Ferreira  
 D. Adelaide Coelho da Cunha  
 D. Leonilda Vigente Gomes  
 D. Estefânia Macieira  
 D. Ana de Castro Osório (1872-1935)  
 D. Eugénia Prestes  
 D. Carolina de Pádua Franco  
 D. Laura Freire de Oliveira  
 D. Raquel Vicente Ferreira  
 D. Elisa Freitas Rodrigues  
 D. Maria da Conceição Pereira de Eça  
 D. Elisa Stromp  
 D. Maria Pala

D. Perpétua Pala  
D. Berta Bacelar Castelo Branco  
D. Leopoldina Fernandes Costa  
D. Amália Arantes Pedroso  
D. Mariana Bensliman  
D. Dulce Pinheiro  
D. Edwiges Pires Campos  
D. Raquel Queirós de Barros  
D. Emília de Eça Tavares  
D. Virgínia Rodrigues Gaspar  
D. Virgínia Perry Vidal Pereira Bastos  
D. Elisa de Almeida Lima  
D. Angelina Azevedo Gomes Shirley  
D. Maria [Francisca] Dantas Machado (1889-1918)  
D. Amélia Leote do Rego  
D. Maria Eufrásia Moniz Tavares  
D. Maria Soledade Manzoni Macieira  
D. Raquel Cagi de Meneses  
Dr.<sup>a</sup> Sofia Quintino (1879-1964)  
D. Maria Helena Maia Pinto  
D. Maria Correia Monteiro Torres  
D. Rita Norton de Matos (1896-)  
D. Joana Galhardo  
D. Ascensão Ferreira Simas  
D. Maria Francisca Guerra  
Viscondessa de Pedralva  
D. Luísa Robertes (1874-1958)  
D. Berta Perestrelo Barbosa Barreto  
D. Hermenegilda Mantero  
D. Emília Sousa Lopes  
D. Maria da Conceição Costa Gonçalves  
D. Rosa Morais Maia  
D. Isabel de Almeida

D. Angelina Perdigão de Vasconcelos Rosado

D. Maria Isabel Prego Crespo

D. Sofia de Carvalho

D. Luísa de Sousa da Câmara

D. Maria Antonieta Vieira Lisboa

D. Antonieta de Campos Henriques

D. Virgínia Teixeira

D. Adelaide Santos

D. Adelaide Teixeira

D. Maria Rosette Moraes

D. Maria Pereira de Seixas

D. Maria Francisca Pereira de Eça

D. Francisca de Vasconcelos e Sousa

D. Rita de Moraes Sarmento Santos Lucas

D. Helena de Moraes Sarmento Santos Lucas

D. Judite B. Lima e Albuquerque

D. Amália Luases

D. Emília Eugénia Simões Raposo